

## **TENDENCIAS ATUAIS DO TRABALHO SOBRE A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS**

**MÁRCIA SGARBIEIRO**

**Programa de Estudos Pós-graduados em Serviços Social  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

**Resumo:** O presente texto tem por objetivo fazer uma breve reflexão a cerca das transformações ocorridas no mundo do trabalho, principalmente nos últimas duas décadas, e como estas transformações incidem sobre a atuação profissional dos Assistentes Sociais brasileiros e dão nova configuração aos seus espaços sócio-ocupacionais. Para tanto fizemos uma pesquisa bibliográfica acerca das transformações no mundo do trabalho, como as Políticas de seguridade social se transformam neste contexto e do exercício profissional dos Assistentes Sociais. Concluimos que as transformações contemporâneas no mundo do trabalho incidem diretamente sobre os espaços sócio-ocupacionais dos Assistentes Sociais.

### **Panorama contemporâneo do mundo do trabalho.**

Os anos 1990 há expressivas mudanças no “processo de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social”. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 60).

Até a década de 1970, o que comandava era o capital industrial, a partir daí passa a ser o capital financeiro. Isto marca uma crise no modo rígido de produção, exigindo uma flexibilização nesta produção.

Não podemos deixar de lembrar da crise dos modelos de produção fordista taylorista: modelos de produção em massa. Produção cronometrada, com um ritmo controlado e uma produção homogênea. Esta produção em massa fazia com que fossem gerados diversos produtos com a mesma qualidade com preço rebaixado, estimulando o consumo.

O que ocorre na década de 70 é uma crise estrutural do capital que teve incidência nos chamados “anos dourados”, que vai da década de 1940 a 1960. Principalmente nos países aonde ocorreu o Welfare State. Esta crise teve maior incidência nos países centrais onde houve a fusão entre o modelo keynesiano de Welfare State e o padrão taylorista/fordista. No Brasil não ocorreu o Welfare State, mas a industrialização brasileira se “desenvolveu influenciada pelo taylorismo e pelo fordismo desde os anos 1930” (ANTUNES, 2006, p. 43).

Toda esta questão desencadeou com o que a imprensa na época (década de 1970) chamou de crise do petróleo. Tratou-se da alta nos preços colocada pela organização dos países exportadores de petróleo, desencadeando assim a reestruturação produtiva. Segundo Antunes (2006) esta crise ainda tem conseqüências nos dias atuais, pois ainda vivemos a reestruturação produtiva. Esta seria a entrada da revolução tecnológica nas empresas.

A acumulação flexível vem de encontro a potencialização da acumulação de capital e com ela surge a empresa flexível. Como conseqüências tem-se o aumento no número de desemprego.

Esta transformação estrutural do capitalismo teve sua ascensão com o advento do neoliberalismo, com Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos EUA. O neoliberalismo entra nestes países como um modelo em substituição ao Welfare State. Como conseqüência tem-se, além do aumento no número de desempregados, a diminuição dos gastos e flexibilizando as relações trabalhistas.

No Brasil, em 1980 e 90 ocorreram as transformações para o neoliberalismo com os governos de Collor e FHC. De acordo com Antunes (2006, p. 43), “[...] parcela significativa do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro transferiu-se do setor produtivo estatal para o capital privado, especialmente, em função do intenso processo de privatização ocorrido nos anos 1990”. As conseqüências no nosso país foram desastrosas. Antunes (2006, p. 43) continua:

Tudo isso alterou muito o mundo do trabalho, como se pode ver pelos exemplos que seguem: em meados dos anos 1980, havia cerca de 850 mil bancários, no Brasil. Em 2006, são pouco menos de 400 mil bancários. O ABC Paulista tinha, no mesmo período, cerca de 240 mil trabalhadores metalúrgicos; hoje tem menos de 100 mil. A região de Campinas teve setenta mil metalúrgicos, em 2006 tem perto de 40 mil.

Como podemos ver nos números citados acima, as transformações ocorridas afetaram em muito o mercado de trabalho. Houve a expansão de serviços terceirizados. As empresas terceirizadas são conseqüências deste modelo flexível. A reestruturação produtiva também exige uma empresa enxuta. Amplia maquinaria, e diminui o número de trabalhadores.

Em conseqüências têm-se o fim da especialização. São menos trabalhadores fazendo atividades onde antes tinham vários funcionários. Exige-se um profissional multifuncional ou polivalente.

Outra tendência do capitalismo contemporâneo é o que o discurso dominante chama de sociedade do conhecimento (ANTUNES, 2006). Exemplo disto são os trabalhadores do marketing que trabalham com marcas e símbolos para seduzir o consumidor.

Tem-se cada vez mais uma crescente informalização do trabalho, desprovido de direitos. Direitos estes que foram conquistados ao longo da história dos trabalhadores, dos movimentos sindicais e sociais. Atualmente o que se vê é um movimento contrário da conquista destes direitos, sua desconstrução. Trabalha-se cada vez menos com carteira assinada.

Segundo Netto (1996, p. 93) “[...] as modificações derivadas do exaurimento do regime de acumulação ‘rígido’, mais as implicações da revolução tecnológica, estão subvertendo o ‘mundo do trabalho’.” Estas modificações afetam a classe operária que vende sua força de trabalho.

Como dito anteriormente, todas essas modificações ocorridas no capitalismo contemporâneo acarretam uma mudança na relação capital e trabalho. O Serviço Social está no bojo da contradição entre capital e trabalho, por isso toda esta crise não poderia deixar de afetar a profissão.

### **Mudanças no mundo do trabalho e o Assistente Social**

As mudanças no mundo do trabalho incide sobre os Assistentes Sociais brasileiros. Segundo Yazbek (2009, p. 18-19):

Tratase do movimento de precarização e de mudanças no mercado de trabalho dos profissionais brasileiros, localizado no quadro mais amplo de desregulamentação dos mercados de trabalho de modo geral, quadro em que se alteram as profissões, redefinem-se suas demandas, monopólios de competência e as próprias relações de trabalho. Aqui situamos processos como a terceirização, os contratos parciais, temporários, a redução de postos de trabalho, a emergência de novos espaços de trabalho como o Terceiro Setor, a exigência de novos conhecimentos técnico-operativos, ao lado do declínio da ética do trabalho e do restabelecimento exacerbado dos valores da competitividade e do individualismo. Não podemos esquecer que a reestruturação dos mercados de trabalho no capitalismo contemporâneo vem se fazendo via rupturas, apartheid e degradação humana.

O assistente social também é diretamente afetado por estas configurações no mundo do trabalho. Os profissionais passam a trabalhar no chamado “terceiro setor”, em ONGs que, estão longe de absorver a mão de obra dos profissionais (NETTO, 1996). Ou em empresas que tratam trabalhadores organizados como sócios do capital. Netto ainda continua:

Alguém dirá: estas são questões meramente políticas, que não afetam a profissionalidade do Serviço Social. A isto, replicarei com ênfase: não, antes são questões de absoluto pertinência para o debate estritamente profissional. Esquivar-se a elas é o mesmo que esquivar-se ao desenvolvimento histórico do Serviço Social e, mais grave ainda: não considerá-las é condenar-se a responder equivocadamente ao desafio contemporâneo posto pela concretização de direitos. Naquelas conjunturas, como agora, o problema central era o dos direitos. O que distingue a quadra histórica contemporânea são as condições operacionais de que *dispomos* para concretizá-los. (NETTO, 2008).

Não tem como o Serviço Social não ser afetado pelas consequências da realidade perversa colocada pelo capitalismo contemporâneo, isto também modifica os espaços sócio-ocupacionais dos profissionais.

Como política social que tem aberto muito espaço sócio-ocupacionais para os Assistentes Sociais, destacamos o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O SUAS é constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social. É um modo de gestão compartilhada que divide responsabilidades para instalar, regular, manter e expandir ações de assistência social. (YASBEK, 2009, p. 23).

Desde então os Assistentes Sociais tem trabalhado na implementação do SUAS e enfrentado inúmeros desafios, entre eles o de afirmar a Assistência Social como política de seguridade social. Buscado também a consolidação dos conselhos e dos mecanismos de participação e controle social, a participação nos debates sobre o SUAS, CRAS, CREAS, NOB. A elaboração de diagnósticos de vulnerabilidade dos municípios, monitoramento e avaliação de políticas públicas, os indicadores de padrão de qualidade, contribuição para uma cultura democrática e de participação (YAZBEK, 2009).

Outro desafio colocado a profissão nos anos 2000 é o trabalho com Programas de Transferência de Renda. Sobre isto Yazbek (2009, p. 24) escreve:

[...]sem dúvida uma das faces mais importantes da Política Social brasileira, conforme dados oficiais (PNAD 2006) chegam a quem precisam chegar (11 milhões de famílias) Destas, 91% tem como renda mensal per capita até 1 salário mínimo e 75% delas tem menos de meio salário mensal de renda per capita. Essa PNAD também revela uma questão essencial: os PTR não retiram os beneficiários do trabalho (79.1% dos beneficiários trabalham). Ou seja o Bolsa Família não pretende substituir a renda do trabalho e apesar das polêmicas que cercam o Programa, seu impacto sobre as condições de vida das famílias mais pobres, sobretudo no Nordeste é incontestável.

Não cabe a uma profissão como o Serviço Social reverter níveis tão elevados de desigualdade no Brasil, mas estes programas respondem à necessidades concretas de seus usuários.

### **Espaços sócio-ocupacionais dos Assistentes Sociais**

Segundo Yamamoto (1999, p.119) “[...] o governo considera que o Estado deve deixar de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para tornar-se promotor e regulador [...]”. Transferem-se para o setor privado as atividades que controladas pelo mercado.

Isso resulta na privatização das empresas estatais e o Estado abandona o papel de principal executor dos serviços como os de saúde, educação e cultura. O Estado procura fortalecer o chamado “terceiro setor”, que é considerado distinto do primeiro setor que é o

Estado e o segundo que é o mercado. O “terceiro setor” é o não-governamental, não-lucrativo voltado ao “desenvolvimento social” (IAMAMOTO, 1999), segundo a inspiração liberal (MONTAÑO, 2007).

Segundo Montañó (2007, p. 51) no estudo do chamado “terceiro setor” não pode ser desconsiderado os: “[...] processos tais como a reestruturação produtiva, a reforma do Estado, enfim, descartam-se as transformações do capital promovidas segundo postulados neoliberais.”. Não se pode pensar a questão “terceiro setor” sem ter como “ponto de partida a totalidade social”. Montañó (2007, p. 51, grifos do autor) ainda escreve como se dá sua concepção de “terceiro setor”:

[...] partimos da análise, não de um fenômeno isolado, mas da *crise e reestruturação do capital* no último quarto do século XX, conectada à ofensiva neoliberal – ela sintetiza na ofensiva contra o trabalho, na “reforma do Estado” e na “reestruturação produtiva” [...]. Assumimos como motor da história, não as *vontades* “setorialmente” isoladas de indivíduos [...] ou organizações [...], mas as *lutas de classes*, latentes ou manifestas, e determinadas a partir dos interesses, claramente contrapostos, entre o grande capital e o trabalho.

Neste caso, a problemática a qual está ligado o surgimento do “terceiro setor” coincide com a crise tratada no início deste texto. Mas segundo o próprio Montañó (2007) o surgimento do “terceiro setor” é assunto controverso até mesmo entre os intelectuais da área.

Com relação aos impactos da política neoliberal sobre a sociedade civil, Iamamoto (1999, p.121) escreve:

A sociedade civil passa a ser lida como um conjunto de organizações diferenciadas mas complementares, destituída de contradições entre interesses de classe e seus segmentos, encobrindo e esvaziando conflitos sob a evocação da solidariedade.

A autora ainda continua explicando que a sociedade civil passa a ser lida numa ótica conservadora, sobrepondo a coerção em detrimento da contradição.

Iamamoto (2003, p. 43) escreve que: “[...] constata-se uma tendência à *refilantropização social*, em que grandes corporações econômicas passam a se preocupar e a intervir na questão social dentro de uma perspectiva de ‘filantropia empresarial’”.

Estas grandes empresas estão voltadas à gestão da pobreza a medida que assumem parcela de seu atendimento. No caso deste atendimento, Iamamoto (2003, p. 43) continua:

Nos programas e projetos mantidos por organizações empresariais privadas, a ênfase recai sobre a qualidade dos serviços prestados. Esses, entretanto, passam a ser seletivos, estabelecidos conforme escolhas e prioridades das corporações em suas

ações “filantrópicas”, em detrimento da garantia da universalidade no acesso, tal como o previsto pela Constituição vigente no país.

É o que Iamamoto (2003) chama de “filantropia do grande capital”, resultante da privatização dos serviços públicos. É uma parceria entre Estado e sociedade civil mas é incapaz de deter o processo de reprodução ampliada da pauperização que atinge na atualidade níveis de barbárie social.

Outra fatia do mercado profissional dos Assistentes Sociais está nas ONGs – organizações não-governamentais.

A reforma da previdência é outro exemplo de como tem sido enfrentada a questão social na ótica da privatização em detrimento da universalização dos direitos sociais assegurados constitucionalmente.

O governo pretende “economizar” com a redução dos benefícios daqueles que tem renda de 5 a 10 salários mínimos, transferindo à iniciativa privada uma preciosa fatia do mercado de investimentos do campo de seguros sociais [...]. (IAMAMOTO, 2003, p. 44)

A seguridade social, reconhecida pela Constituição de 1988, apoiada no tripé da Assistência, Saúde e Previdência, ainda é o grande espaço ocupacional para os Assistentes Sociais. Como novas demandas para o profissional, Iamamoto (1999) escreve que este tem interferido nos processos decisórios na formulação, gestão e avaliação das políticas sociais.

Ela se expressa na implantação dos conselhos de políticas públicas e na capacitação de conselheiros; na elaboração de planos de assistência social; na organização e mobilização popular em experiência de orçamentos participativos; na assessoria e consultorias no campo das políticas públicas e dos movimentos sociais; em pesquisas, estudos e planejamento sociais, dentre várias outras. (IAMAMOTO, 1999, p. 122).

A política neoliberal também afetou a relação entre Estado e sociedade civil.

Verifica-se por um lado a *satanização do Estado* responsável por todas as desgraças e infortúnios que afetam a sociedade; por outro, a *exaltação e santificação do mercado e da iniciativa privada*, vista como a esfera da eficiência, da probidade e da austeridade. O resultado é um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional, renunciando a importantes graus de soberania nacional, em contexto da globalização onde há ampla prevalência do capital financeiro. (IAMAMOTO, 1999, p. 118).

O Estado passa para a iniciativa privada parte de suas responsabilidades. Segundo Iamamoto (1999, p. 118) essa questão “envolve uma canalização do fundo público para interesses privados”.

Isto faz com que o Assistente Social sofram os “[...] impactos diretos do conjunto das transformações operadas nas esferas privadas e estatal, que alteram as relações entre Estado e sociedade.” (IAMAMOTO, 1999, p. 119). Relações estas afetadas diretamente pelas transformações ocorridas com o modo de acumulação do capital.

Tais transformações afetam diretamente as demandas apresentadas ao Serviço Social. Estas novas demandas requerem habilidades específicas dos profissionais:

[...] requer conhecimento do contexto político e constitucional da gestão governamental; aprendizado para agir sob constante pressão política; habilidade para operar dentro de metas pré-fixadas por lei, em estruturas organizacionais sob controle do sistema jurídico. (IAMAMOTO, 1999, p. 122).

Segundo a autora estas novas exigências que recaem sobre o profissional somam-se àquelas já estabelecidas na Lei 8662/93, que regulamenta a profissão.

Com a retração do Estado com relação às políticas sociais, as ONGs tem ganhado terreno nesta gestão, inclusive como espaços sócio-ocupacionais para os Assistentes Sociais. Elas são uma forma de terceirização da prestação de serviços sociais (IAMAMOTO, 1999).

As empresas também entram no cenário social também para aumentar seus lucros através da isenção de impostos e da melhora da sua imagem perante a sociedade. A entrada do profissional de Serviço Social na área de Recursos Humanos nas empresas também se configura como uma demanda emergente. O Assistente Social sempre trabalhou em empresa, mas agora as condições são novas, portanto têm-se novas mediações. Trabalha-se com a participação e o empregado é chamado de colaborador.

O Assistente Social:

[...] têm sido chamados a atuar em programas de *qualidade de vida no trabalho*, saúde do trabalhador, gestão de recursos humanos, prevenção de riscos sociais, círculos de qualidade, gerenciamento participativo, clima social, sindicalismo em empresas, reengenharia, administração de benefícios estruturados segundo padrões meritocráticos, elaboração e acompanhamento de orçamentos sociais, entre outros. (IAMAMOTO, 1999, p. 124, grifos da autora).

Para corresponder a estas demandas, também se exige habilidades que extrapolam o campo do conhecimento:

[...] experiência, criatividade, desembaraço, versatilidade, iniciativa e liderança, capacidade de negociação e apresentação em público, fluência verbal, habilidade no relacionamento e capacidade de sintonizar-se com as rápidas mudanças no mundo dos negócios. (IAMAMOTO, 1999, p. 124).

Apesar destas novas demandas e habilidades postas ao profissional, este não pode deixar de lado os pressupostos norteadores do projeto ético-político, considerando a liberdade como valor ético central.

O profissional não deve perder de vista as “[...] novas formas de produção das expressões da questão social que são objeto do trabalho profissional [...]”. O Assistente Social também não deve se render a “[...] idolatria da moeda, o fetiche do mercado e do consumo, o individualismo possessivo, a lógica contábil e financeira [...]” (IAMAMOTO, 1999, p. 125).

A realidade é dinâmica e contraditória. Sempre aparecem novas demandas ao Assistente Social, mas este não deve deixar de olhar para os pressupostos do projeto ético-político e não se render às necessidades do capital. O profissional deve fazer de seu posto de trabalho um espaço de participação popular e de discussão para a superação da desigualdade social.

### **Bibliografia**

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). **Cadernos ABESS**. n. 7, p. 58-76, nov. 1997.

ANTUNES, Ricardo. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: Yazbek, Maria Carmelita (org.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luiz: FAPEMA, 2006.

BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária (orgs.). **A prática do Assistente Social: teoria, ação, construção do conhecimento**. v.1. São Paulo: Veras, 2009.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.



IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital e fetiche: capital financeiro e questão social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS, 2009.

MUNHOZ, Divanir Eulália Naréssi. A natureza do conhecimento orientador da prática do Assistente Social frente aos desafios do cotidiano. **Revista Emancipação**. Ponta Grossa: Editora UEPG, v.1, n.1, 2001.

NETTO, José Paulo. Abertura da Conferência. **19ª Conferência Mundial de Trabalhadores Sociais**. Salvador: 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS, 2009.

\_\_\_\_\_. O significado sócio-histórico da profissão. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS, 2009.